



**Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes**

2^a CC-MF
Fl.

Processo nº : 13004.000048/2006-23
Recurso nº : 139.054
Acórdão nº : 204-02.423

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial em: 10/07/2007
de 16/07/2007

Recorrente : OLVEBRA S/A.
Recorrida : DRJ em Porto Alegre - RS

**MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL**

Brasília, 11, 07, 64

Maria Lazzarini Lovais

Not much to it.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por OLVEBRA S/A.

IPI. RESTITUIÇÃO. CRÉDITO PRÊMIO À EXPORTAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. Não se conhece o recurso voluntário interposto fora do prazo do art. 33 do decreto nº 70.235/72.

Recurso não conhecido.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2007.

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres

Presidente

1889 + 1891:

Airton Adelar Hack

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Nayra Bastos Manatta, Leonardo Siade Manzan, Júlio César Alves Ramos e Flávio de Sá Munhoz.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13004.000048/2006-23
Recurso nº : 139.054
Acórdão nº : 204-02.423

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 11 / 07 / 09

Eugenio
Maria Luzimir Novais
Mat. Série 91641

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : OLVEBRA S.A.

RELATÓRIO

A Recorrente apresentou Pedido de Restituição, motivado como “*Restituição de IPI Crédito Prêmio, previsto no Decreto-lei 491/69, observados os efeitos da Resolução do Senado Federal n. 71/2005*” (fl. 01).

O crédito pleiteado não foi reconhecido pela Recorrida, sendo indeferido o pedido de restituição efetuado. (decisão fls. 80 a 88).

A Recorrente foi intimada da decisão por carta com A.R. tida como recebida em 25 de agosto de 2006, abrindo prazo de 30 dias para manifestação de inconformidade (fls. 89/90).

Em 27 de setembro de 2006, protocolou a manifestação de inconformidade (fls. 91 a 116). Em 27 de novembro de 2006, apresentou petição requerendo esclarecimentos quanto ao termo inicial do prazo, uma vez que interpretou que o A.R. constante da fl. 90 aponta como data de recebimento o dia 28 de agosto de 2006.

Após tal pedido, foram enviados os autos à Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Porto Alegre – RS. Esta decidiu não conhecer a manifestação de inconformidade por intempestiva, entendendo que o A.R. de fl. 90 foi recebido no dia 25 de agosto de 2006, tendo o prazo recursal se esgotado em 26 de setembro de 2006 (fls. 173 a 175). Foi, então, mantida a decisão que indeferiu o pleito inicial de restituição da Recorrente.

Desta decisão foi a Recorrente intimada em 07 de fevereiro de 2007 (fl. 177). Em 19 de março de 2007 protocolou o Recurso Voluntário ora em análise (fls. 178 a 206). Requer a reforma de tal decisão, afirmando a tempestividade da manifestação de inconformidade porque o A.R. teria sido recebido em 25 de agosto de 2006 e não em 28 de agosto de 2006. Instrui o recurso com parecer técnico que conclui que a data constante do A.R. é 28 de agosto de 2006.

Encaminhou-se o recurso ao 2º Conselho de Contribuintes.

É o relatório.

11



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13004.000048/2006-23
Recurso nº : 139.054
Acórdão nº : 204-02.423

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília.	11 / 07 / 07
Maria Luzinhar Novais	
Mat. Siape 91641	

2º CC-MF
FL

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
AIRTON ADELAR HACK

O recurso voluntário não merece ser conhecido, já que é intempestivo.

Compulsando os autos, nota-se que a Recorrente foi intimada da decisão recorrida em 07 de fevereiro de 2007. De acordo com o art. 33 do Decreto nº 70.235/72, o prazo para apresentação do recurso voluntário é de 30 dias, encerrando-se, no caso em tela no dia 09 de março de 2007. O recurso voluntário foi protocolado no dia 19 de março de 2007, portanto fora do prazo legal.

Demonstrada sua intempestividade, é de se concluir que o recurso não deve ser conhecido.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, não conheço do recurso por intempestivo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2007.

airton + hack

AIRTON ADELAR HACK